

ALÉM DA LINHA: O TEMA DA FRONTEIRA NO SUL DO BRASIL

Fernando Camargo¹

Diversas gerações de historiadores riograndenses propuseram elementos ou acompanharam de perto as discussões em torno da questão da fronteira no Sul do Brasil. De um modo geral, a questão fronteiriça no Brasil vem sendo abordada com respeito aos níveis de permeabilidade da linha divisória entre nações. Seria a fronteira um divisor, um muro idealizado que separa os “eus” dos “outros” nacionais? Ou, por outro lado, seria um vetor de aproximação entre grupos e indivíduos, tornando-se ela própria um lócus de interpretação e de leitura de mundo?

Mesmo que tais questões sejam necessárias e ainda sejam carentes de elementos que permitam sua discussão sob outros pontos de vista além dos que até hoje vem sendo tratados, não são esses aspectos da discussão fronteiriça que pretendo debater aqui. Mas sim, propor mais uma vez o debate acerca da fronteira como fator de definição do sul do Brasil e, mesmo, do Brasil como um todo. Não apenas isso, pois eu quero propor, também, o contraponto com explicações utilizadas em outros contextos. Tanto a “frontier thesis” norte-americana, como os conceitos de “civilización y barbarie”, na Argentina.

No Rio Grande do Sul faz parte do senso comum, porque tal foi repetido e reforçado não uma, mas várias vezes e porque é do gosto geral repetir isso, ou seja, que “a fronteira nos definiu identitariamente”. Isso é repetido porque a fronteira, para o caso do Sul do Brasil enche os autointitulados de atributos coletivos, como coragem, gregacionismo, hospitalidade, generosidade e mais uma lista infundável de qualidades positivas e com raros, raríssimos na verdade, defeitos. Também acontece porque, como

¹ Doutor em História. Professor da Universidade Federal de Pelotas.

já disse em diferentes oportunidades, no Sul se tem um zelo todo especial pelos próprios umbigos. Do umbigo do Rio Grande, dir-se-ia, quiçá, o umbigo do mundo.

Como não se consegue convencer muita gente de tal centralidade, até porque faltam muitos argumentos, então se insiste na questão diferença. É distinto, o sulista, porque a fronteira o fez assim; porque a necessidade de manter a linha, a necessidade de algumas tranqueiras se manterem invictas forjou-os em pleno calor do combate. A primeira linha de defesa da nação, eternamente largada à própria sorte, abandonada e incompreendida pela própria nação que defende.

É uma paráfrase piorada do que dizem os mexicanos: “tão perto do Prata, tão longe do Rio de Janeiro.”

Mas o que dizer do sulista mesmo hoje e no futuro, na medida em que fica cada vez mais distante, cronologicamente, aquela fronteira conturbada que nos forjou? A fronteira continuou existindo, posto está. Continuaram nos ensinando que era uma fronteira delicada: os primeiros republicanos fizeram isso, Vargas fez isso, os governos militares fizeram isso. Mas o que havia e hoje nós sabemos era um *mise-en-scène*, uma farsa encenada de todos os lados das fronteiras.

Mas quando se principia a discutir aproximações, com blocos ou sem blocos. Quando se começa a rever o conceito de vizinhança, para além de semelhanças e diferenças. Se existe ou não América Latina, se existe ou não uma herança colonial comum ou, pelo menos, parecida. Cada vez mais sabemos que a convivência é inevitável. E a partir daí, sabemos cada vez mais que a boa convivência é proveitosa. Nisso tudo, perde-se, gradativamente, o status de primeira linha, o status de estar sempre “de pé pelo Brasil”.

Existe outro aspecto, relativo a fronteiras brasileiras que se constituíram, historicamente, de um modo diferente. Fronteiras que ainda existem e fronteiras que já não o são. Novas fronteiras com potencial de serem conturbadas também se constituem. Como aqueles, da perspectiva da “velha” fronteira do sul do Brasil, aceitarão em sua privilegiada comunidade de fronteiriços esses *parvenus*? Será admitido que amazonenses, acreanos e outros compatriotas nortistas sejam iguais aos sulistas em virtude da mesma forja que nos moldou?

De fato, já não foi todo o Brasil, em algum momento, fronteira? A questão aqui parece ser a da linha, a da divisa. Sempre tendemos a nos concentrar na fronteira como linha ou como zona. Entretanto, mesmo se a pensarmos como zona, é a linha divisória que define a condição da zona. Por isso, de um modo ou de outro, geralmente consideramos a fronteira a partir da perspectiva da pele, se Cortesão e Magnoli me permitirem o roubo da ideia. A pele que separa um corpo do seu exterior e que, ao mesmo tempo, permite a osmose entre essa *hinterland* e essa *foreland*. Como toda boa derme, com camadas, que vão adquirindo formas e funções distintas à medida que se aproximam do centro.

Efetivamente, é quase obsessivo o foco na divisa. É dito que ela dançou, se refez, de acordo com os humores e capacidades políticas e militares de um momento histórico para outro. Temos por sabido os tratados que provocaram esse bailado: suas datas, seus termos, suas configurações. Inclusive, isso é ensinado isso nas escolas, dedicando ao tema tempo e esforço significativos.

Esse será o famoso tiro no pé. Quem estuda e ensina isso também enfrenta problemas relativos ao porque e como ensinar esses tópicos. O importante não seria o último tratado feito, a última divisa válida? Porque nos dedicamos a entender essa linha, que costuma apresentar-se estéril em termos explicativos. É arbitrária e artificial. Especialmente no caso do continente americano, no qual, os critérios de filiação política ou identidade cultural poucas vezes serviram para a definição de fronteiras. Costuma-se afirmar que na América latina a constituição do Estado precedeu a da nação. Contudo, acredito ser sempre assim: trata-se de algo universal e não somente válido para nosso continente. Mas enquanto em outros lugares, o rearranjo pelo qual os estados passaram, em muitos momentos permitiu a coincidência entre Estado e nação, esse não é um luxo permitido para ex-colônias, seja na América, na África ou na Ásia.

Existe, ao fim e ao cabo, fronteira além da linha? Mais recentemente, me referindo às últimas décadas, novos estudos, com novos pontos de vista têm demonstrado que sim.

[ressaltar a dissertação de Arthur Lima de Ávila orientada por Guazzeli]

Começemos por algumas explicações sobre a existência e a essência dos Estados Unidos da América, de seu *ethos*.

Até o último quartel do século XIX, predominaram naquele país explicações que já foram referidas como genéticas ou German theory ou ainda, Germ theory. Segundo tais explicações acerca do “ser” norteamericano a questão da origem européia dos EUA era a matéria de prima de maior importância para estudar-se a nação e o Estado que começaram a constituir-se em fins do século XVIII.

O expoente mais destacado dessa corrente chamava-se Herbert Baxter Adams. Buscava esse autor identificar os elementos germânicos, anglo-saxônicos e nórdicos em geral, que pudessem justificar a especificidade dos EUA e determinar sua genealogia como nação. Os títulos de alguns de seus trabalhos já demonstram claramente esse propósito: “oficiais normandos na América”; “Origem germânica de comunidades na Nova Inglaterra”; e assim por diante.

O papel de Adams foi significativo a ponto de constituir-se, em torno dele, o núcleo que formaria a futura poderosa American Historical Association, que recebeu reconhecimento do Congresso norte-americano e, por consequência, oficializou a profissão de historiador naquele país. [Coisa que em nosso país tão cartorial e burocrático, apesar dos esforços de diferentes setores, inclusive da ANPUH, nós ainda não logramos alcançar]

Entretanto, vozes dissonantes apareceram no meio dos historiadores e tais vozes propuseram novas possibilidades de interpretação do aparente enigma que constituía a nacionalidade americana. Logo o nome de Frederick Jackson Turner projetou-se e isso por alguns motivos: 1º, porque fornecia explicações para uma nação em constante expansão, todos os sentidos; 2º porque oferecia explicações para a diferença entre os EUA e a Europa; 3º, e não menos importante, devido à capacidade de Turner em divulgar seus trabalhos em meios politicamente determinantes.

A diferença está posta, por exemplo, no esforço de entender não uma configuração social e política que condiciona o tipo de fronteira que ela possui, mas entender uma configuração que é constituída a partir da fronteira. De fato, a proposta passa pela noção de nação-fronteira, um corpus quase indistinto, determinado pelo ímpeto de expansão permanente.

Os Estados Unidos, portanto, são, de acordo com Turner, a própria fronteira. A partir dos atritos, das interações e, de certa forma, do próprio vazio (na medida em que o indígena pouco pesa na equação turneriana) que precisou ser trabalhado e preenchido pela iniciativa única do pioneiro. Essa condição peculiar é uma espécie de consequência para a vida entre o estado de civilização e o de natureza, da vida na fronteira.

No Brasil é sabido que a proposta de Turner foi recebida por Sérgio Buarque de Holanda. Raízes do Brasil, Caminhos e Fronteiras e Monções refletem (claro que não exclusivamente) uma preocupação explícita de Holanda pela condição de fronteira e a discussão do oeste americano. Também é perceptível perceber linhas de raciocínio muito semelhantes às de Turner na historiográfica riograndense, principalmente naquela que a Professora Ieda Gutfriend categorizou como platinista, mas daí a identificar uma efetiva influência do autor nortista em nossos autores locais das primeiras décadas do século XX existe um esforço investigativo que não fui e, muito provavelmente, não serei capaz de fazer.

Falando em Prata, é importante agregar a essa discussão outra possibilidade de leitura da fronteira, numa perspectiva que nem sempre expõe claramente a discussão fronteiriça, mas a contém, de forma intrínseca e indissociável. Trata-se da discussão Argentina de Civilização e Barbárie.

A discussão proposta por Sarmiento em “Facundo”, de 1845, apresenta dois mundos em oposição: o estado de natureza e barbárie do caudilhismo federalista e o estado de progresso do unitarismo urbano. Da definição desse embate, claro, resultaria o destino da Argentina. Aqui, então, não se trata de definir a nação pela fronteira, mas definir a nação, no porvenir a partir da doma da fronteira. Apesar de as noções de *civilisation* e de *barbárie* já estarem presentes em tópicos iluministas europeus do século XVIII, Sarmiento deu um tom e um forma que definiram seu uso no caso da América do Sul.

Roberto Gonzalez Echeverría definiria Facundo como “libro más importante que haya sido escrito por un latinoamericano en cualquier disciplina o género”. Exagero ou não, civilização e barbáries perseguirão os pensadores da fronteira e organização política argentina nas décadas vindouras. A exemplo da discussão turneriana, o indígena não irá

possuir na discussão sarmentiana papel central. Foram os mais bárbaros dentre os bárbaros, como mostrou a experiência do Exército Guerrero, Poblador y Civilizador.

De qualquer modo, os intelectuais argentinos apresentaram, ainda no século XIX, modelos explicativos da fronteira e da nacionalidade a partir da fronteira. A recepção do tema no Brasil mesclou-se com as correntes positivistas que vicejaram na primeira república, utilizando outra terminologia, mas com matriz ideológica e agendas políticas semelhantes às argentinas. Contudo, sem fazer disso uma possibilidade clara de explicação da fronteira ou do Brasil a partir da fronteira, ou mesmo do Brasil como fronteira.

Porque nos detivemos tanto tempo e, de certa maneira, ainda nos atemos à fronteira como linha, como divisa. Porque a fronteira como uma idéia referencial de explicações mais amplas não nos chamou a atenção durante tanto tempo? Talvez porque o Brasil nasceu formado. Uma espécie de Benjamin Button que não se remoçou, mas permaneceu inalterado no que diz respeito às linhas divisórias (não às fronteiras).

É interessante que as discussões que trouxeram à tona a idéia de fronteira interna, no Brasil, são relativamente recentes e ainda carentes de maior divulgação. Mas mesmo grande parte dessa discussão aborda uma fronteira dentro das fronteiras, ou seja, mais uma vez a questão dos limites externos é central e define o ponto de partida para a abordagem intelectual da fronteira interna.

Isso mostra a motivação de apresentar os limites do Brasil como postos, dados. Um ente em si sobre o qual as discussões perpassam exclusivamente o nível da técnica diplomática e o detalhe das partidas demarcatórias. As letras dos tratados, suas argumentações técnicas, sua validade e legitimidade são assuntos centrais nesse tipo de abordagem.

Gaúchos, caboclos, bugres, indígenas, desde que habitassem, tradicionalmente, o lado “de cá” da linha eram brasileiros, mesmo que não tivessem a mínima noção do que isso significasse. Eram, assim, brasileiros que precisavam ser abrasileirados. Essa ideia ditava o tom das campanhas de estabelecimento efetivo do Estado nacional, por exemplo, no norte do Rio Grande do Sul, ao final do século XIX, no oeste de Santa Catarina, no início do século XX, e no oeste do Paraná, mais recentemente.

Da mesma forma que é brasileira, ainda que não saiba, uma tribo indígena hipotética que viva à parte da influência branca, porém em solo “brasileiro”.

Não existe fuga fácil e tranquila para esse poderoso abraço intelectual ao qual fomos submetidos pela historiografia e ainda somos submetidos pelo material didático. Fazemos constantemente uma projeção para trás, em termos de fronteiras, onde o país (que por si só é uma invenção) não se define sequer pelo controle efetivo do Estado sobre uma área de alegada jurisdição, mas sim pelo que viria a ser essa área quando se tornou mais definitiva, em outras palavras depois de Rio Branco.

- Devemos usar essas outras possibilidades de interpretação?
 - Se depuradas de elementos que, contemporaneamente, não seriam bem-vindos ou sequer admissíveis, como imperialismo, nacionalismo e etnicismo, podem fazer parte do quadro explicativo mais amplo. Pelo menos podemos experimentar tais possibilidades.
 - Não deixar de trabalhar com a linha, mas torná-la não central, mas somente um outro componente dessa mesma explicação.
- Interesse por referenciais oriundos da Antropologia: questão do outro.
- Jarau.
- Quem é o outro para os batedores, portugueses ou espanhóis, ou depende do batedor? Provavelmente ambos. E provavelmente eles foram, naquele momento, o que em termos humanos mais se parecia com a cara da fronteira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁVILA, Arthur Lima de. “O Oeste historiográfico norte-americano: a Frontier Thesis vs. a New Western History”. In: *Revista Anos 90*. V. 12, n. 21/22, p.369-413. Porto Alegre: UFRGS, jan/dez 2005, p. 369-413.

FAUSTINO SARMIENTO, Domingos. *Facundo, o, civilización y barbarie*. Ayacucho: Fundación Biblioteca Ayacucho, 1993

GUTFREIND, Ieda. *A Historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992.